

A trajetória do mais-que-perfeito e as múltiplas opções de sua substituição na língua falada no português popular de Vitória da Conquista -BA

The plus-quam-perfect's route and the its multiple uses in popular portuguese from Vitória da Conquista - BA

Sivonei Ribeiro Rocha; Jorge Augusto Alves da Silva*; Valéria Viana Sousa**

** Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)*

Resumo: Este artigo trata da função de anterioridade a um ponto de referência passado. A este respeito, acreditamos que tal função está codificada no português por meio de outras categorias verbais, além do mais-que-perfeito composto, tais como o pretérito perfeito, evidenciando que a forma simples do mais-que-perfeito parece estar em extinção. Para tanto, esta pesquisa se insere dentro do quadro teórico do Funcionalismo Linguístico. E para comprovar empiricamente isso, verificamos os dados do *corpus* do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo/CNPQ da região urbana de Vitória da Conquista, na Bahia. Ao discutirmos as noções de tempo, aspecto e ponto de referência, procuramos demonstrar que tal função, até certo ponto, não está vinculada apenas à forma verbal, mas perpassa por toda sentença, sendo inclusive reforçados por advérbios de tempo. A junção deste conjunto de formas contribui para que a função de anterioridade não seja exercida apenas pelo mais-que-perfeito, outros verbos exercem tal função de igual modo, o que, todavia, não é citado pelas gramáticas de cunho normativo.

Palavras-chave: Mais-que-perfeito. Funcionalismo. Anterioridade. Uso. Gramática.

Abstract: This research deals with the anterior's function to a point of reference last. In this view, we believe that this function is coded in Portuguese through other verbal categories, in addition to the plus-quam-perfect, such as the past tense, showing that the simplest form of the more-than-perfect seems to be endangered. To this end, this research uses the theoretical framework of functionalism Language. And to prove it empirically, we found the data from the Research Group corpus in Historical Linguistics and Sociofuncionalismo / CNPQ the urban region of Vitoria da Conquista, Bahia. In discussing the notions of time, aspect and reference point sought to demonstrate that such a function, to some extent, is not linked only to the verbal, but permeates every sentence, including being reinforced by adverbs of time. We believe that the anterior's function is not exercised only by the more-than-perfect, other verbs exercise that function in the same way, which, however, is not mentioned by the normative nature grammars.

Keywords: Plus-quam-perfect. Functionalism. Anterior. Use. Grammar.

Introdução

Nosso objeto de estudo é o mais-que-perfeito (simples e composto) na história do português popular. Inicialmente devemos observar que a relação temporal de **passado anterior** a um ponto de referência passado é exercida por outras formas verbais, tais como o pretérito imperfeito e pretérito perfeito do indicativo, além de ser reforçada por advérbios que atuam como intensificadores da relação de anterioridade. Deste modo, nossa análise estende a toda sentença, pois entendemos que a relação temporal pode estar presente em todo o enunciado, o que pode condicionar o modo de realização do valor temporal dos verbos, seja pela proximidade ou não de palavras adjacentes, seja pelo contexto informacional. O desaparecimento do mais-que-perfeito simples da língua oral é atestado pelos dados de fala de estudo anteriores. Os dados utilizados no presente estudo comprovam mais uma vez esta informação, pois não foi encontrado nenhum exemplo do mais-que-perfeito simples na função de anterioridade.

Entendendo a gramática da língua como um sistema adaptável ao uso, e visto que a língua portuguesa em uso elimina o mais-que-perfeito simples, partimos da direção função para a forma, e não ao contrário, pois, ao ser a língua algo adaptável aos contextos de uso, acreditamos que, como evidência disso, há formas variantes para uma só função, e acreditando que a função de passado anterior é sensível ao fator social de escolaridade. Sendo a variação linguística caracterizada como dois significados para uma só palavra, esta pesquisa não se situa dentro da teoria da variação. Seu caráter é funcionalista.

Os corpora que integram esta pesquisa são do banco de dados do Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo/CNPq, constituída de vinte 24 informantes de Vitória da Conquista, estratificados de acordo com idade, sexo e a escolaridade.¹ Todavia não levaremos em conta tal estratificação, por ser dispensável ao objetivo desta pesquisa, detalhe este que melhor explicaremos no capítulo sobre a metodologia utilizada. Diante do que foram apresentados, os objetivos desta pesquisa são: demonstrar que, além do mais-que-perfeito, outros pretéritos se comportam como variantes quando a função em questão é a anterioridade a um ponto de referência passado, e se existem aspectos contextuais e estruturais que condicionam a aparição do mais-que-perfeito, bem como a realização da anterioridade para além da forma verbal, demonstrando os condicionantes da escolha das formas.

¹ O *Corpus* do PPVC, Português Popular de Vitória da Conquista, de Responsabilidade da pesquisadora Valéria Viana Sousa, possui o seguinte número de registro CAAE, Certificado de Apresentação para Apresentação, 34221214 9 0000 00 55 no comitê de ética. Este projeto integra o Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e em Sociofuncionalismo/CNPq, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

A pergunta central que nos guia nessa trajetória é: como o sistema linguístico do português popular se reorganizou para marcar a ideia de anterioridade sem usar a forma simples do mais-que-perfeito?

Tal pergunta, no entanto, nos leva a outra: que estratégias linguísticas o falante do português popular utiliza para marcar a ideia de anterioridade? Tais questões norteadoras vão nos guiar na trajetória que ora empreendemos.

1 Percurso histórico do mais-que-perfeito

Em nossa trajetória histórica sobre a natureza e o uso do mais-que-perfeito no português, somos forçados a recorrer ao latim para dele retirar lições que embasam nossa discussão. Recorremos, portanto, à autoridade inquestionável de Alfred Ernout e François Thomas, *Syntaxe Latine*, na edição de 1953.

Ernout e Thomas (1953) afirmam, de forma contundente, que no latim a noção de aspecto deve ser destacada, já que a ação subordina-se à ideia de “desenvolvimento”, ou seja, se a ação se realiza no momento da fala, logo posterior ao momento da fala, se está conclusa, se está em conclusão; indo, assim, além da noção de tempo que, de certa forma, permeia as línguas românicas. Em latim, destacam-se, nesse sentido, o aspecto “não acabado” vs “acabado” da ação, traduzidos em *infectum*² (*in+factum>infectum*, isto é, ainda não feito ou concluso) e *perfectum* (*per+factum>perfectum*), isto é, mais que feito, conclusão.

Em relação ao mais-que-perfeito, Ernout e Thomas (1953, p.224) reconhecem que o “*plus-que-parfait*” designa um forma de passado anterior ao “*passé du perfectum*” e apresenta como comprovação um excerto de Plauto, autor pré-clássico para em seguida afirmar que a distinção entre o perfeito e o mais-que-perfeito (passado anterior) não era respeitada por clássicos como César e Cícero. Os exemplos foram coligidos de Ernout e Thomas (1953, p.225), os destaques são nossos:

“*alius ad te veneram*” (Plauto)
“*equitatum omnem uernire iusserat*” (Cícero)
“*quisermoni interfuerunt*” (Cícero)

²Ernout e Thomas (1953) chamam a atenção para o fato de em latim não existir o aoristo, uma forma de indeterminação verbal, demonstrando a dificuldade de muitas vezes traduzir-se para o latim as formas do aoristo da língua de Homero.

Curiosamente, Ernout e Thomas (1953) assinalam ainda que os mesmos clássicos que avalizam o uso do *plusquamperfectum* usam-no onde normalmente se esperaria o perfeito e até o imperfeito, demonstrando que há falta de rigidez na oposição *infectum* vs *perfectum* presente naquela forma verbal. Seria dispendioso e pouco produtivo citar todos os exemplos, mas um exemplo elucidativo está no emprego da forma “*demonstraveram*” por “*demonstravi*” em: “*cum hislegatis Commius Atrebasuenit quem supra demonstraueram a Caeserare in Britanniam praemissum*”. O excerto pertence a César, logo um autor clássico.

Da exposição sobre o latim clássico, podemos tirar as seguintes lições:

- a) No latim clássico, a distinção entre as formas verbais era parcialmente seguida, destarte não podemos falar de regras de uso, mas de tendências de uso;
- b) No latim clássico, o mais-que-perfeito era usado onde se esperava o perfeito e até o imperfeito, sendo também recorrente o uso do perfeito no lugar do mais-que-perfeito;
- c) No latim clássico, a noção aspectual *infectum* vs *perfectum* se sobrelevava à noção de tempo mais-que-perfeito e perfeito/imperfeito.

Seguindo a linha de raciocínio apontada pelos autores, passemos agora a discutir o comportamento do mais-que-perfeito na língua corrente, usual, denominada “latim vulgar”.

1.1 Tempo pretérito no latim vulgar

Ernout e Thomas (1953) afirmam de forma contundente que a língua vulgar não fazia distinção entre os tempos, no tocante ao mais-que-perfeito e a outras formas, inclusive chegam a usar o termo “*indistinction*” ou seja, “indistinção”, e para tanto comprovam o que dizem numa acurada análise da escrita de Petrônio em que numa série de coordenadas há emprego de uma forma e de outra indistintamente, vejamos: “*mi omniaexposuit; intestinas measnouerat.; tantum quod mihi non dixerat quid pridiecmcenaueram*” (PETRÔNIO apud ERNOUT; THOMAS, 1953, p. 225). Assim, a fim de manter o *consecutiuo temporum* deveria haver a correlação “*exposuit*” com “*dixit*” e não com “*dixerat*” como está no original de Petrônio. Reconhecida tal ausência de distinção basta-nos questionar qual seria o motivo de tal “desrespeito” à norma do paralelismo entre os tempos? Nesse sentido, o *pluscuamperfectum*, representaria em latim a ação anterior à outra ação também passada e sua conservação na escrita se faria como nos tempos antigos (do Arcaico e do Clássico) à semelhança de (*placueram, dixeram; feceram, fecero*), conservando, inclusive, a indistintividade já anunciada por Ernout e Thomas (1953).

Como vimos, o paulatino enfraquecimento da distinção entre as formas do pretérito pode ser visto como um fenômeno recorrente nas variedades de língua latina.

Com o intuito de comprovar a pouca produtividade da distinção entre os tempos do pretérito e de demonstrar que outros recursos as línguas neolatinas usaram para manter a oposição nocional, especialmente no caso do português, precisamos investigar nos momentos primeiros de consolidação das línguas, isto é, a fase arcaica.

Segundo Williams (1973), as terminações do mais-que-perfeito dos verbos da primeira conjugação do latim clássico e em português podem ser assim arranjadas:

Latim clássico:	Português
-āram	-ara
-āras	-aras
-ārat	-ara
-āramus	-áramos
-ārātis	-árades
-ārant	-aram

Quadro 1: Correspondência latim – português

Fonte: Williams (1973)

Como é possível ver, do latim clássico ao português, manteve-se o morfema <-ra> como marcador modo temporal dos verbos da forma simples. Devemos nos lembrar, contudo, que, se a distinção a rigor não era seguida nem no latim clássico nem no vulgar, não se há de esperar que o mesmo ocorresse em português. Ademais, como indica Nunes (1945), embora as pequenas modificações fonéticas não tenham alterado por completo o verbo, o uso de tais formas não seguia uma construção biunívoca. Por outro lado, o português, a partir da analogia com a voz passiva, criaria uma série de formas compostas a fim de completar o quadro dos sentidos de configuração verbal.

Ainda em relação ao latim vulgar, o processo analítico de conjugação passiva passou então a estar presente em toda conjugação, fator que na língua clássica só existia nos verbos do pretérito, agora os verbos do pretérito e os demais tempos passam a usar o particípio passado de qualquer verbo ser, por influência do processo que consistia em antepor o infinitivo ao presente do indicativo do verbo *habeo*, e dizendo assim, em vez de *amabo*, *amare habeo*.

Nessa mesma linha de raciocínio, Ismael Coutinho (1976), esclarece sobre a formação de outras formas criadas na língua portuguesa:

[...] Apesar de a maioria dos tempos da conjugação latina se ter conservado na portuguesa, com idêntico emprego, alguns todavia, se

estenderam a novas funções, outros desapareceram, tonando-se assim necessária a criação de novos tempos para os substituir.” (COUTINHO, 1976, p. 275).

Esmiuçando as afirmações de Coutinho (1976), chegamos a algumas evidências, considerando a passagem das formas verbais latinas para as portuguesas: a) houve conservação, b) houve extensão de funções e c) houve desaparecimento de formas. Se nos ativermos ao nosso caso, é oportuno lembrar que o mais-que-perfeito latino foi parcialmente conservado na forma simples e que houve a criação do mais-que-perfeito em sua forma composta. O próprio autor, saindo de uma perspectiva histórica, reconhece fatos da atualidade ao afirmar que, no português, formas compostas tendem a substituir formas simples, que caem em desuso na língua falada, restringindo-se apenas à língua escrita. Por fim, assevera o autor que a forma portuguesa simples provém de uma forma sincopada latina:

Pretérito mais-que-perfeito

1ª conjugação	
Latim vulgar	português
<i>Amaram</i> por <i>amaveram</i>	amara
<i>amaras</i> por <i>amaveras</i>	amaras
<i>Amarat</i> por <i>amaverat</i>	amara
<i>Amarámus</i> por <i>amaveramus</i>	amáramos
<i>Amarátis</i> por <i>amaveratis</i>	amáreis
<i>Amarant</i> por <i>amaverant</i>	amaram

Quadro 2: Evolução do mais-que-perfeito

Fonte: Coutinho (1976)

Como pode ser visto, passando para o português, caiu o *-m* da 1ª pessoa. Nas 1ª e 2ª pessoa houve mudança de acento tônico, saindo da penúltima e indo para antipenúltima sílaba, segundo Coutinho (1976), devido à analogia com a acentuação das pessoas do singular. A desinência *-mus* tornou-se *-mos*. O *-i* de *-tis* deu em *-e*. No século XV, ocorre a queda do *-d* da desinência *-des*. Ademais, estes processos de simplificação ocorreram em outras conjugações.

Said Ali (1966) apresenta uma visão diversa da classificação do mais-que-perfeito: a forma composta do mais-que-perfeito seria *vira/tivera visto*. Para ele, *tinha visto* é o imperfeito composto, o que para outros gramáticos seria o mais-que-perfeito. Assim, o

gramático histórico faz uma reinterpretação da construção verbal latina, já que daria uma forma composta a um tempo do *infectum*, o qual teria voz passiva na sintética e não analítica como só aconteceu com as demais formas verbais.

Ainda nos resta perguntar quando na história da nossa língua outras formas do mais-que-perfeito³ foram introduzidas a par daquela oriunda da flexão latina. A resposta para tal questão pode ser vista em Carlos Eduardo Pereira, em sua *Grammatica Histórica da Língua Portuguesa* (1932). Segundo Pereira (1932), TER e HAVER só passaram a ser auxiliares de verbos no particípio a partir do século XVI. O auxiliar TER obteve maior emprego como auxiliar, ocorrendo o inverso até o século XV. Os auxiliares, afirma o autor, tinham somente sentido pleno antes do século XVI; com o esvaziamento de sentido, formaram-se os tempos compostos, o que ele chama também de construções perifrásticas.

Com o desuso da forma simples do mais-que-perfeito, a forma composta foi uma alternativa ao falante para operar a função de passado anterior: “[...] as línguas românicas⁴, em seu movimento analítico, criaram, ao lado de cada tempo simples da conjugação latina, um tempo composto como os verbos TER e HAVER, transformados de verbos concretos em verbos abstratos ou auxiliares” (PEREIRA, 1932, p. 503).

Com base na discussão preliminar que fizemos podemos tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, a gramática histórica⁵ deu pouca relevância ao estudo do mais-que-perfeito, quer na sua forma simples quer na sua forma composta, sinalizando seu pouco emprego ou seu crescente desuso. Destarte, o português recorreu a expedientes linguísticos para manter a ideia de anterioridade, considerando as perspectivas de criação

³ Segundo Pereira (1932), a forma composta do mais-que-perfeito conjuga o auxiliar com o morfema *-ra*, *tivera amado*, ao contrário do que é dito por outros gramáticos, que afirmam que o tempo composto do mais-que-perfeito tem o auxiliar conjugado no imperfeito, *tinha amado*. Assim, para ele, *tinha amado* é sinônimo de *amava*, e não de *amara*.

⁴ Segundo Machado (1941), as línguas neolatinas conservaram mais a noção temporal do que a aspectual: “[...] perdida a noção de aspecto verbal para se lhe substituir a noção temporal” (MACHADO, 1941, p. 174). Talvez, fato que comprove esta afirmação é a quase completa ausência sobre aspecto em gramáticas normativas modernas. Para o autor, o morfema *-a* é por excelência uma desinência tanto do *infectum* quanto do *perfectum*. O *-a* está no imperfeito como no perfeito: *lege-a-s*; *lege-b-a-mus*; *leg-er-a-s*; *leg-er-a-mus*, etc.

⁵ Com base em Carvalho e Nascimento (1971) e Coutinho (1976), podemos observar que houve uma preocupação das gramáticas históricas em se aterem às perdas fonéticas e justamente naquelas perdas que redundassem em alterações morfológicas, mas pouco se deu ao estudo das funções. Com a perda de oposições fonéticas que marcavam diferentes declinações, e consequentes junções de conjugações, a categorização aspectual das formas verbais foi desaparecendo das discussões da tradição gramatical, ao contrário do que existia no latim, na oposição do *perfectum* e *infectum*. A nomenclatura, no entanto permaneceu através dos nomes verbais: pretérito perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito.

de formas ou extensão de sentido⁶. (COUTINHO, 1976, p. 275). Em segundo lugar, houve a prevalência do uso da forma em detrimento do estudo da função, considerando-se perdas e ganhos morfológicos. Nesse sentido, vamos apresentar algumas conclusões.

Por fim, a concorrência com a perífrase verbal, levaria a forma simples a uma situação de estertor. É curioso notar que com a forma composta há o progressivo desaparecimento do morfema *-ra*, pelo menos da língua falada. A identificação do mais-que-perfeito passa de um emprego formal do emprego do *-ra*, para outro que é identificado contextualmente, visto que em TER+PARTICÍPIO não temos a presença tradicional da forma identificadora de anterioridade, mas sim, o auxiliar no pretérito imperfeito, e um verbo pleno no particípio. Seguindo essa linha de raciocínio, Pereira (1932) e Ali (1966) chamam esta construção não de tempo composto do mais-que-perfeito, e sim do pretérito imperfeito. Em outras palavras, para ser tempo composto do mais-que-perfeito, a construção deveria ser *tivera cantado*, e não *tinha cantando*. Hodiernamente, o mais-que-perfeito composto é constituído de auxiliar, no imperfeito, *tinha*, mais particípio passado, *amado*: *tinha amado*. Conforme Pereira (1932), é a partir do Século XVI que o mais-que-perfeito composto assume cada vez maior predominância.

Após essa breve exposição diacrônica, passemos a visitar as gramáticas normativas e, por meio de uma leitura crítica, chegar descortinar a trajetória do uso do passado anterior (anterioridade), quer materializado no mais-que-perfeito quer materializado em formas substitutivas.

1.2 Definições de anterioridade em gramáticas normativas problemas e implicações

De modo geral, todos os gramáticos consultados, que são Cunha e Cintra, Houaiss, Cegala, Melo Mesquita e Rocha Lima, apresentam muitas semelhanças no que dizem sobre o mais-que-perfeito. Afirmam, por exemplo, que a forma simples é um tempo derivado do pretérito perfeito do indicativo, e que é formado pelo acréscimo do morfema *-ra* ao radical. Assim, aos verbos, quando regulares, para serem conjugados, ocorrem a junção de [Rad+VT+DMT+DNP]. Tal paradigma de conjugação leva a primeira e a terceira pessoa a

⁶Coutinho (1976) afirma que houve criações novas para substituírem perdas no latim vulgar, como, por exemplo, a extinção da forma sintética passiva, ao contrário da voz ativa que conservou muitas formas: Uma criação nova, que substituiu a voz passiva sintética, foi o tempo composto, formado o verbo *habere*, depois com *tenere*, junto com o particípio passado de outro verbo. No português, a forma composta passou a ser mais utilizada do que a forma simples, que caiu em desuso na língua falada, restringindo-se apenas a língua escrita.

se tornarem homônimas. Ademais, a mesma forma está presente na terceira pessoa do plural e a terceira pessoa do pretérito perfeito.

Além disso, os gramáticos analisados definem o mais-que-perfeito simples como um tempo formado a partir do perfeito, enquanto especificam a conjugação de onde provém a derivação, que no caso é da 3ª pessoa do pretérito perfeito, outros apenas indicam que é um tempo derivado do pretérito perfeito, como é o caso de Cunha e Cintra (2008). Quando o verbo na 3ª pessoa do plural perde a desinência número pessoal: *cant-a-ra (m)*, forma-se assim as pessoas nulas de 1ª e 3ª pessoa.

Rocha Lima (2006) afirma que tal tempo verbal denota um tempo anterior ao momento da fala, o que não é suficiente, pois o pretérito perfeito também traduz um momento anterior ao momento da fala. Do mesmo modo, Cunha e Cintra (2008) afirmam que é a voz do locutor que intenciona dizer que uma ação foi concluída. Tal descrição torna-se pouco eficiente, pois o pretérito perfeito também possui este papel funcional. Dos outros gramáticos, que são Cegalla (2005), Melo Mesquita (2001), Houaiss (2008), nenhum define formalmente o mais-que-perfeito, mas limitam-se a dizer que é um tempo formado a partir pretérito perfeito simples.

Rocha Lima (2006) afirma haver três tempos para indicar que um fato ocorreu anteriormente ao momento da fala, os quais são o perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito, mas assim como os outros, faltou definir o que distingue o mais-que-perfeito dos demais. À exceção de Houaiss (2008), que não traz exemplos conjugados em forma de lista, mas sim em construções oracionais, todos os outros gramáticos conjugam pelo menos três verbos nas diferentes pessoas. Melo Mesquita (2001) e Cunha e Cintra (2008) são os únicos que trazem exemplos conjugados em lista e em orações.

Como a função da gramática normativa não é descrever os processos funcionais, mas a de prescrever normas de uso “adequado” à norma culta, não há neste caso, consciência sobre a limitação das próprias definições por ela apresentadas. A falta de nomeação adequada do que seja o mais-que-perfeito, somado a isto à ausência da forma simples na língua falada, deixa ao dispor do linguista a função de buscar formas substituíveis do mais-que-perfeito simples.

Em relação à forma composta todos a classificam como sendo formada pela união de TER/HAVER + PARTICÍPIO. Dos três gramáticos, apenas Cunha e Cintra (2008), Melo Mesquita (2001) e Houaiss (2008) tentam explicar, ainda que de forma vaga, os contextos em que podem aparecer este tempo verbais. Em seguida, todos eles listam uma série de conjugações em que, conforme a pessoa verbal, aparecem em cada tempo. No entanto, continua muito vago o critério de saber quando utilizá-lo de forma adequada, ou como defini-lo com uma propriedade intrínseca a ele.

A forma composta, por outro lado, neutraliza as desinências de pessoa e tempo, marcando apenas a diferença entre singular e plural, o que é feito pelo auxiliar (tinha). A noção de fato passado dos tempos compostos passa a ser feita pelo particípio.

Além disso, a marca de pessoa aparece no plural, mas vale ressaltar que é comum o falante não usá-la, igualando todas as pessoas do verbo

1.3 Aspecto: perfectividade e imperfectividade (*perfectum e infectum*)

O verbo, em contextos de uso, nem sempre tem o sentido que é dito pelas gramáticas, e só teremos seu real emprego se o contextualizarmos, para termos a real dimensão de sua função; o advérbio, como já afirma Castilho (2010), pode servir como influenciador da noção classificatória do verbo, no que respeita a sua perfectividade ou não. Esta informação pode ser indicada pela presença de advérbios de tempo aspectuais pontuais ou durativos, que intensificam a perfectividade ou a imperfectividade do verbo, mesmo sendo ele télico (pontual), como indica Castilho (2010), ou atélico:

(01) Eu telefonei para minha mãe *à tarde inteira*. (CASTILHO, 2010, p. 419)

Em (01), a locução adverbial de tempo *à tarde inteira* atenua o caráter pontual/perfectivo do verbo telefonei. Ele se torna de longa duração.

As gramáticas tradicionais, segundo Machado (1941), não aprofundam tal discussão sobre o aspecto verbal, fator este, muito importante para compreensão da função de passado anterior, pois o mais-que-perfeito é um tempo duplamente *perfectivo*. O aspecto, no entanto, está implícito nos verbos pelas desinências modo-temporal, o que também é relacionado pelas definições perfeito e imperfeito, e estão associadas ao aspecto *perfectum* (pretérito perfeito) e *imperfectum* (pretérito imperfeito). Assim, o nome pretérito mais-que-perfeito está relacionado com o caráter duplamente passado; passado em relação ao momento de fala e passado em relação a outro fato (pretérito perfeito), também passado. Deste modo, fica claro que a característica mais marcante da função de passado anterior a outro passado é o fato de ser duplamente acabado.

Segundo Castilho (1968), o aspecto não dispõe de uma morfologia que o identifique no português, identificação esta que é feita por utilização de outros recursos ao longo do enunciado. Neste sentido, Castilho (1968) argumenta que o aspecto pode ser visto com uma propriedade da sentença, envolvendo processos de predicação. Ainda, conforme

Travaglia (2006), o adjunto adverbial interfere no processo de interpretação aspectual dos verbos: “o aspecto perfectivo seleciona, para as frases em que aparece, adjuntos adverbiais de tempo que indicam momentos ou períodos de tempo determinado e/ou completos” (TRAVAGLIA, 2006. p. 78)

1.5 Os princípios funcionalistas da iconicidade, da marcação e a sua relação com a marcação da função anterior

Conforme o Funcionalismo, existe uma motivação natural entre a língua e a produção de sentido. Sendo assim, a crença na autonomia da língua em relação ao falante, é incompatível com uma visão heterogênea de língua, de múltiplas gramáticas e funções! Deste modo, o funcionalismo parte da função à forma: “[...] numa perspectiva funcional, os componentes semântico e sintático não são autônomos em relação ao componente pragmático” (LIMA-HERNANDES, 2011, p.23).

Seguindo este raciocínio, Martelotta e Wilson (2008) afirmam que as situações reais de uso sugerem à língua maior adaptação aos contextos em quem é empregada. De outro modo, é por ser necessariamente ajustável ao contexto que podemos afirmar que existe uma relação natural entre a língua e sua designação. Deste modo, nosso olhar se volta não para palavras isoladas, mas para os contextos maiores de materialidades de comunicação. Isso prova que não se pode falar de anterioridade atribuindo força restritiva ao mais-que-perfeito quer simples quer composto, já que a língua oferece a seu usuário um repertório de possibilidades.

Conforme Ilari (1997), não há uma relação de um-para-um “entre os recursos expressivos e os conteúdos expressos” (p. 9), o que nós chamamos de relação biunívoca.

Destarte, o princípio da iconicidade e da marcação, os seguintes subprincípios são úteis a esta pesquisa, conforme Neves (1997): O subprincípio da quantidade: associa quantidade de informação que o falante deseja transmitir à quantidade de material linguístico necessário a ser utilizado. Em relação à função de anterioridade cremos que a quantidade de informação supera a discriminação apenas do verbo. O subprincípio da ordenação linear: integra os constituintes, semântica e cognitivamente, ao plano da codificação pela proximidade. Está relacionado à ordenação dos constituintes oracionais no discurso, conforme a ordem sequencial em que ocorrem os eventos. A função de anterioridade correlaciona fatos que são narrados de forma sequencial ou contra sequencial. A ordem de um e de outro dependerá da intenção do falante. E ainda dentro deste princípio há a proximidade de advérbios de tempos ao verbo, intensificando ou ressignificando a leitura temporal.

Segundo o subprincípio da complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa que a estrutura não marcada, por ser menos realizada. Neste sentido, o mais-que-perfeito simples é mais marcado que o mais-que-perfeito composto, pois sendo menos realizado é mais complexo. Outro é o subprincípio da distribuição de frequência, segundo o qual, a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não marcada. O mais-que-perfeito simples é quase nulo, se não o é. Já o mais-que-perfeito composto ainda é mais utilizado. Há ainda o subprincípio complexidade cognitiva que, como afirmam Cunha, Costa e Cezário (2003), a estrutura marcada tende a ser mais complexa do que a estrutura não marcada correspondente. Sendo o mais-que-perfeito simples uma forma raramente ou nunca realizada, cremos haver assim uma complexidade cognitiva em sua realização, visto que o falante precisa antes se informar de seu uso adequado.

2 Análise de dados

Com relação às variáveis linguísticas, observando o nosso objeto de estudo e por meio da análise dos nossos dados, detectamos três modos de realização da função de passado anterior, que são: Anterioridade verbo-adverbial;; Anterioridade por meio de trocas de tempos verbais; Anterioridade por meio do tempo composto.

Como nosso objetivo é identificar funções duplamente passadas, identificamos neste estudo estruturas verbais que podem ser encaixadas nesta relação que tem como ponto de referência outro tempo verbal, assim, preferimos, utilizar nestes casos a *linha do tempo*⁷. Nela, da esquerda para direita, temos números que marcam os fatos em sua ordem cronológica. Ou seja, no número (1) temos o primeiro fato, e no último número, que pode variar a depender do número de fatos ocorridos, temos o último fato na linha cronológica.

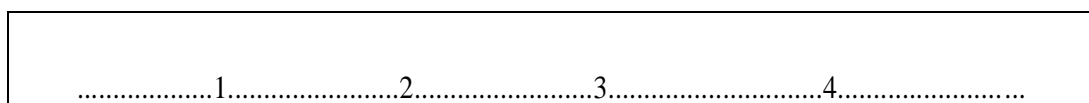


Figura 01: Arquitetura da Linha do Tempo (ou Linha Temporal)

Fonte: Os próprios autores

⁷ Elaborado pelos autores desta pesquisa, tomamos da História o nome **Linha do Tempo**. Naquela ciência, tal “etiqueta” refere-se à demarcação temporal de fatos ocorridos antes e depois, numa tradição ocidental, do nascimento de Cristo.

E como numa interpretação funcional partimos da função para a forma, o que vale, então, é a função do mais-que-perfeito que continua a ser executada pelos informantes nas diversas sentenças da língua em uso e não apenas a forma canônica reconhecida pela tradição gramatical para isso. Na Figura (02), temos a linha referencial do mais-que-perfeito, estabelecida por Comrie (1990):

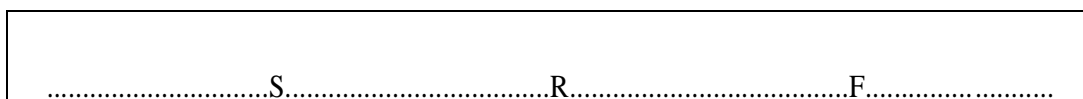


Figura 02: Linha Referencial (com base em Comrie, 1990)

Na figura (02), (S) significa a situação a qual (R) apresenta-se como ponto referencial, e (F) é o tempo da fala. Neste sentido, Coan (1997) diz que há ponto de referência quando a situação (S) em destaque possui recorrência em (R), com a qual possui vínculo interpretativo. Esta é a relação referencial do mais-que-perfeito:

Ela já TINHA CANTADO quando eu CHEGUEI.⁸

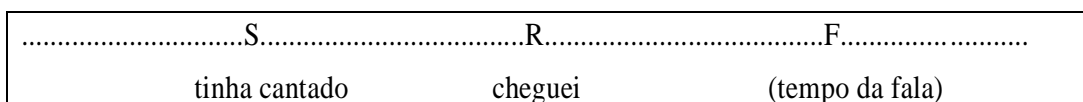


Figura 03: Linha Referencial (com base em Comrie, 1990)

2.1 Anterioridade verbo-adverbial

Neste tipo de anterioridade, a marcação da função do **passado anterior** dá-se por meio não do verbo como preconiza a tradição gramatical, mas justamente por meio de expressões adverbiais de tempo. O verbo, nas sentenças analisadas, é o responsável apenas pelas ações e pelo tempo narrativo no passado. Em alguns casos não há a ação referencial de fato em relação ao outro, como ocorre no mais-que-perfeito. O falante apenas enumera ações dentro de certo período de tempo, que é cronometrado por meio de advérbios como

⁸ Exemplo elaborado pelos autores desta pesquisa.

A função de anterioridade com ponto referencial entre o passado posterior e anterior resulta quase sempre, como veremos, em um processo resultante:

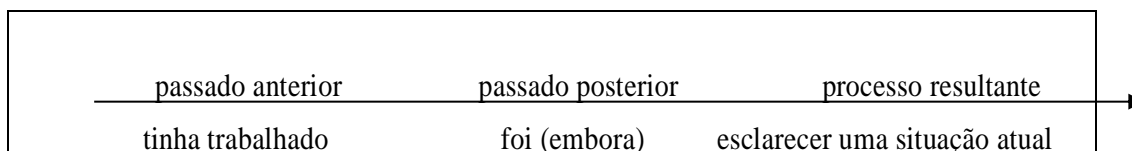


Figura 05: Linha Referencial

Fonte: Os próprios autores

Na situação/exemplo (01), os verbos “comecei” e “foi” são pretéritos perfeitos, por isso, devem ter como ponto de referência o momento da fala, mas isso não anula o fato de que houve uma ação duplamente passada.

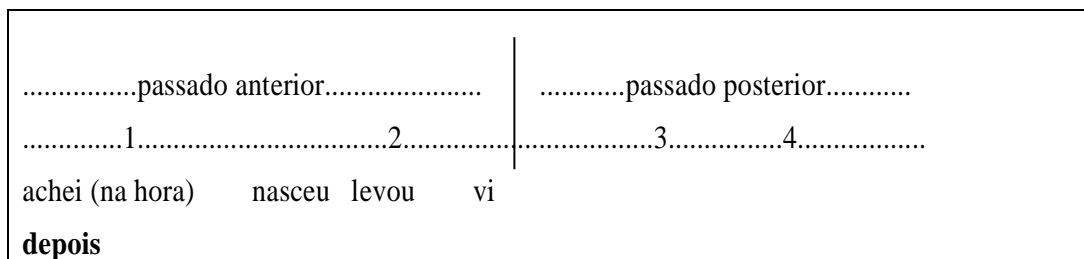
- (02) “[...] Eu até ACHEI que era um menino NA HORA que NASCEU, DEPOIS que LEVOU pra mim que eu VI que era uma menina, mas nasceu muito bonita”

Em “na hora” e “depois”, são os advérbios que dividem o enunciado em dois fatos narrativos passados. É possível que tendo apenas o último “depois”, o primeiro torne-se dispensável, ou seja, mesmo não tendo o primeiro, fica óbvio que “depois” já traz a informação, ainda que por inferência, de que o que veio antes é anterior.¹¹ Novamente, temos um exemplo que estabelece uma relação referencial entre o primeiro e o segundo fato, similarmente ao mais-que-perfeito, pois em “VI que era uma menina” há a contrapartida da ação anterior “ACHEI que era um menino”:

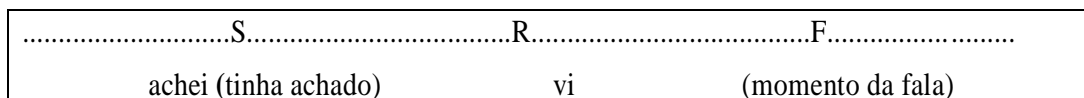
Eu TINHA ACHADO/PENSADO que era menino, depois que levou pra mim, eu VI que era menina¹².

¹¹ Na subseção dois desta análise, a anterioridade por meio de permuta de verbos, veremos exemplos de anterioridade com apenas um único advérbio, ou a completa ausência deles.

¹² Fragmento reescrito a partir da situação (3), evidenciando assim, uma anterioridade com ponto referencial.

**Figura 06: Linha temporal****Fonte: Os próprios autores**

Aplicando-se à situação/exemplo (02) à Linha Referencial, temos:

**Figura 07: Linha Referencial (com base em Comrie, 1990).**

Para entendermos os esquemas ilustrativos é preciso que falemos em duração das ações e em ações passadas. Reiterando o pensamento de Ernout e Thomas (1953), no latim, a duração dos processos verbais era chamada de *infectum* ou *perfectum*, literalmente, não acabado e acabado. Atualmente, a terminologia *infectum*, ação inconclusa, foi substituída por aspecto imperfectivo, e o *perfectum*, ação conclusa, de aspecto perfectivo. Como o nome já indica, o pretérito perfeito é perfectivo, ao passo que o pretérito imperfeito é imperfectivo. Assim, a tradição gramatical reinterpretou noções da gramática latina confundindo as noções de duração com tempo, dando pouca relevância ao estudo do aspecto.

As pressões do uso motivaram modos diferentes de conceber a gramática. Todavia, neste processo de releitura, a função de passado anterior, reconhecida unicamente na forma simples do mais-que-perfeito, passa com o tempo ser gradativamente menos utilizada, assim o falante teve que recorrer a outros recursos, que talvez já fossem simultâneos ao uso da forma simples. Inferimos que o tipo de anterioridade ora apresentado pode ser considerado um destes recursos que resumindo em poucas palavras temos: o pretérito perfeito marcando a ação e o tempo passado, e o advérbio coordenando a duração dos dois passados (anterior e posterior), pois não tendo o verbo o aspecto conclusivo de ser duplamente passado, coube ao advérbio executar este papel.

No Funcionalismo, o princípio da iconicidade é, para nós, importante para

entendermos a natureza funcional de nosso objeto de estudo, que basicamente são o mais-que-perfeito composto e as formas que o substituem na função de anterioridade. Da iconicidade, os subprincípios da quantidade e da ordenação linear são úteis para discutimos o presente tipo de anterioridade: verbal/adverbial.

Nesse íterim, o subprincípio da quantidade associa quantidade de informação que o falante deseja transmitir à quantidade de material linguístico necessário a ser utilizado. Em relação à função de anterioridade, cremos que a quantidade de informação supera a discriminação apenas do verbo. Ao realizar a função de passado anterior, automaticamente entra em cena não somente a informação verbal, mas também a relação anterior que deve ser estabelecida entre duas orações no mínimo

Por meio do subprincípio da ordenação linear, como vimos, ocorre a integração dos constituintes, semântica e cognitivamente, ao plano da codificação pela proximidade. Relaciona-se à ordenação dos constituintes oracionais no discurso. A função de anterioridade exercida pelas formas que o representam dá-se ou na ordem sequencial em que ocorrem os eventos; ou contra sequencial, ou seja, fora da ordem. A ordem de um e de outro dependerá do contexto discursivo, e a escolha de um ou outro seleciona formas diferentes.

Concluimos então que a função de anterioridade verbal/adverbial possui as seguintes características:

- a) Pode haver ou não ponto de referência do passado posterior ao passado anterior;
- b) É possível a permuta com o mais-que-perfeito sempre que há ponto de referência;
- c) Há tendência de o advérbio marcar o aspecto e o verbo marcar o tempo;
- d) Há tendência a narrar fatos sequencialmente;
- e) Exige grau de certeza ao relembrar fatos passados.

2.2 A função de anterioridade por meio da permuta entre os verbos perfeito/imperfeito em contexto do mais-que-perfeito

Este tipo de passado anterior consiste na troca de tempos verbais, ou seja, em lugar do mais-que-perfeito é empregado outro tempo, como pretérito perfeito. Por estar substituindo este tempo verbal, a relação referencial está sempre presente. Este tipo de anterioridade diferencia-se do tipo verbal-adverbial, discutido anteriormente, apenas pelo fato de que neste há maior emprego do advérbio para marcar a anterioridade do que aquele

- (03) “[...] nós só SAIU de lá porque meu pai VENDEU a casa, né, aí DEPOIS FOI MORAR na cidade modelo aí... aí eu também CASEI logo também aí a constituir família então.”

Na situação-exemplo (03), em “[...] nós só SAIU de lá porque meu pai VENDEU a casa”, “vendeu” é anterior a saiu, e por estabelecer uma relação referencial, pode ser substituído pelo mais-que-perfeito: “TINHA VENDIDO”. Com o esquema do mais-que-perfeito, temos:

.....S.....R.....F.....		
vendeu/tinha vendido	saiu	(momento da fala)

Figura 08: Linha Referencial (com base em Comrie, 1990)

É, portanto, uma anterioridade com valor referencial entre os dois passados. O mesmo não ocorre com o restante, pois em “DEPOIS¹³ FOI MORAR” e “CASEI” não há relação referencial, só podendo ser representado na Linha do Tempo:

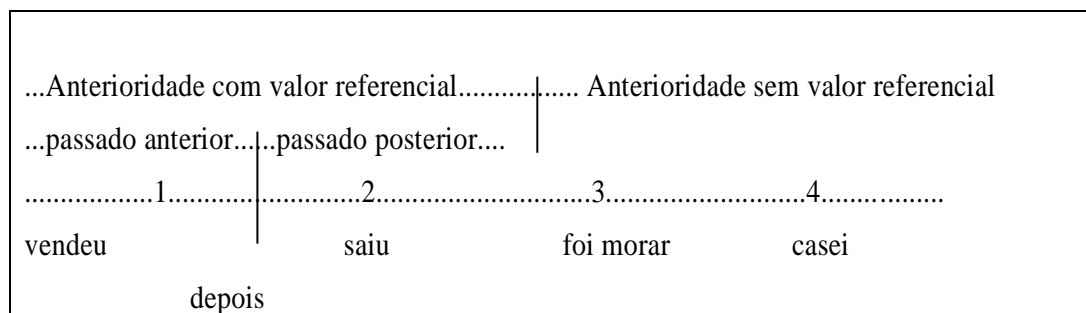


Figura 09: Linha Temporal

Fonte: Os próprios autores

Como podemos ver, o uso de um verbo em contexto específico de outro não é uma inovação românica, como argumentam Ernout e Thomas (1953). No latim vulgar, de igual

¹³Nessa subseção, não é nosso objetivo estudar o comportamento do advérbio “depois” e do item lexical “aí”, já que eles estão além da oposição passado anterior e passado posterior com que lidamos nesse momento.

modo, há permuta entre o *plusquamperfectum* e o perfeito e o imperfeito. Assim, com a ausência de desinência aspectual de anterioridade, a leitura da função anterior por meio do pretérito perfeito sempre dependerá de todo o contexto. Isto demonstra falta de rigidez de oposição, algo que os gramáticos normativos ignoraram por séculos. É neste sentido que os autores usam a expressão “*indistinction*” (indistinação), como mostra situação-exemplo (03).

Dito isto, recorremos novamente a Perini (2004) quando diz que a leitura de tempo não está relacionada de forma direta à estrutura formal morfológica. O uso de um tempo em contexto de outro comprova tal afirmação, como vimos.

Ademais, ao estudo *in tela*, podemos aplicar o princípio da marcação, o subprincípio da complexidade estrutural: a estrutura marcada tende a ser mais complexa que a estrutura não marcada. Consideramos o uso do pretérito perfeito com função de passado anterior como uma estrutura marcada, por usar maior proximidade funcional ao mais-que-perfeito, o qual é maior complexidade estrutural.

Por último, podemos dizer que a anterioridade por meio da troca de tempos verbais possui as seguintes características:

- a) O ponto referencial ou o passado remoto sem ponto referencial assemelha-se funcionalmente ao mais-que-perfeito;
- b) É sempre permutável pelo mais-que-perfeito apenas pela troca do verbo.

2.3 A função de anterioridade por meio do uso do tempo composto

Este é o único modo (TER+PARTÍCIPIO) reconhecido pela tradição gramatical para realizar a função de anterioridade no português. Todos os outros tipos que foram apresentados em nosso estudo são (a nosso juízo) estratégias ou modos alternativos, utilizados pelos falantes do português popular para, dentro da linha de tempo, referenciar um passado anterior a outro.

O uso da forma composta consiste no uso de uma estrutura formada por um verbo auxiliar e um particípio passado, daí deriva seu nome: mais-que-perfeito composto. Como já tivemos oportunidade de demonstrar, a forma simples do mais-que-perfeito está em extinção da língua falada popular, encontrando-se apenas em construções cristalizadas.

Na situação-exemplo (18), a utente do português popular fala sobre o que sentiu com a morte do pai.

- (04) “[...] Ah, eu fiquei muito triste, me senti assim muito, assim diferente né, [as] minhas outras irmãs, pelo fato que na época que ele morreu ele já TINHA ACEITADO Jesus e eu não TINHA ACEITADO ainda né?”

Com base na situação-exemplo (04), “morreu” é posterior a “tinha aceitado”. O ponto referencial ao momento anterior é toda a oração: “na época que ele morreu”, pois neste momento algo já tinha acontecido: a conversão. Esse processo referencial resultou em uma situação final, que é “e eu não tinha aceitado”. Se representarmos a estrutura por meio de uma Linha de Referência temos:

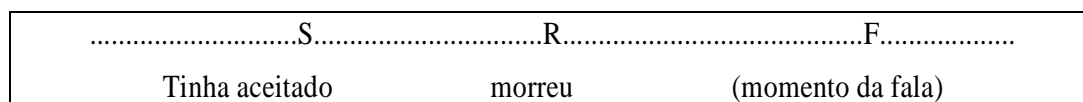


Figura 10 Linha Referencial (com base em Comrie, 1990)

Vejamos, ainda, os fatos encadeados numa linha de “evolução temporal”. Nesse sentido, fica perceptível a existência de um ponto de referência ao passado posterior.

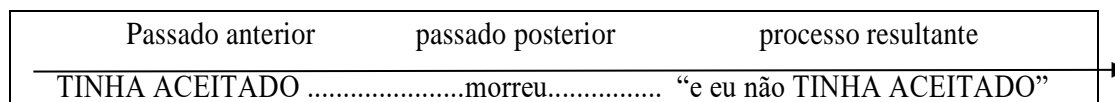


Figura 11: Linha Referencial

Fonte: Os próprios autores

- (05) “[...] Quando ele soube aí eu já TINHA GANHADO minha menina, aí mainha falou ô, falou que era pra buscar no outro dia né? ”

Na situação/exemplo (05) , “já tinha ganhado” é anterior a “soube”. A relação referencial de passado posterior de “soube” em relação a “tinha ganhado” é clara. Se em “aí mainha falou ô, falou que era pra buscar no outro dia” a informante se refere à mesma pessoa que ela afirma que “soube” depois que ela “já tinha ganhado”, então o processo resultante poderia ser também: “buscar no outro dia”. O processo resultante que afirmamos com certeza que houve foi “informação tardia”, ou seja, se a informante diz algo do tipo “ele soube depois”, é porque, em tese, haveria a possibilidade inicial de ser informado no momento anterior.

Vejamos a Linha Referencial elaborada com base na situação-exemplo (21):

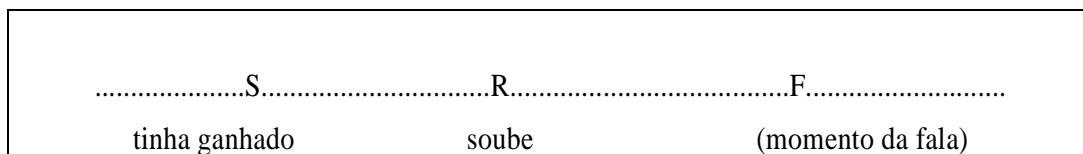


Figura 12: Linha Referencial (com base em Comrie, 1990)

Destarte, podemos ver assim a Linha do Tempo resultante da análise empreendida:

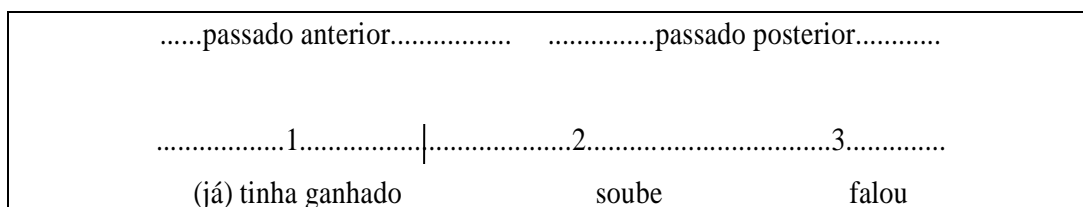


Figura 13: Linha Temporal

Fonte: Os próprios autores

A ausência de “já” não cria dificuldades para a compreensão da linha temporal dos fatos.

“[...] Quando ele SOUBE, eu já TINHA GANHADO minha menina”

“[...] Quando ele SOUBE, eu TINHA GANHADO minha menina”

Retirando o “já” na segunda sentença, “quando eu soube” que é o passado posterior na sentença em que há o advérbio, a anterioridade permanece inviolável. Nesse sentido, conforme Houaiss (2008), o mais-que-perfeito marca o tempo sem variação, diferentemente de outros tempos verbais. Em outras palavras, o mais-que-perfeito dificilmente ocupa lugar funcional de outro verbo. Com isto sendo comprovado pela análise das situações-exemplo, cremos que o mais-que-perfeito é o tempo verbal que possui maior valor aspectual, já que ocupando uma posição de duplamente conclusa, como afirma Câmara Jr (1985), ele possui uma relação biunívoca entre a forma simples e composta.

Do ponto de vista funcionalista, podemos dizer que o mais-que-perfeito traz em si uma complexidade cognitiva, o que resulta em maior ausência do item linguístico no plano da expressão. Assim, ao produzir uma sentença com função de anterioridade com ponto de referência entre os dois fatos passados, maior nível de certeza é exigido do falante, pois a estrutura gramatical do mais-que-perfeito está relacionada ao que ela representa nesta relação referencial. Destarte, além de maior nível de memória em relação ao fato recordado, o ponto referencial deve correlacionar o que veio antes ao que veio depois, como vimos em “[...] na época que ele MORREU ele já TINHA ACEITADO Jesus e eu não TINHA ACEITADO ainda né?”

Em termos funcionalista, podemos reconhecer e justificar a construção com base no subprincípio da distribuição de frequência, já que a estrutura marcada tende a ser menos frequente do que a estrutura não marcada, se levarmos em conta todos os modos de anterioridade disponíveis ao falante, o mais-que-perfeito composto torna-se uma estrutura marcada, por ser menos frequente. Neste caso, pelas razões já explicitadas, há maior envolvimento da memória e maior dificuldade de expressão, o que nos leva a lançar mão do subprincípio da complexidade cognitiva que, como afirmam Cunha, Costa e Cezário (2003), a estrutura marcada tende a ser mais complexa do que a estrutura não marcada correspondente.

Da análise que empreendemos das situações-exemplo nessa subseção, podemos tirar algumas conclusões sobre o uso da forma composta do mais-que-perfeito:

- a) Há sempre um ponto de referência ao passado posterior, e que quando não há ponto de referência, o passado é remoto.
- b) Há maior independência em relação ao advérbio, ainda que o falante tenha a tendência de enfatizar a anterioridade pelo seu uso, é dispensável seu emprego, atuando como reforço.
- c) É a forma verbal de tempo passado que tem maior valor aspectual de perfectividade na relação do emprego e do tempo.
- d) Ocupa, raramente, contextos verbais de outros verbos.
- e) Exige maior nível de memória do falante, principalmente se houver ponto de referência posterior.

3 Considerações finais

Dito isto, chegamos então a um dos pontos culminantes à conclusão deste estudo sobre a função de passado anterior, arrolada tanto pelo mais-que-perfeito quanto por advérbios: quando a anterioridade é do tipo referencial, como acabamos de explicar, há o

desejo do falante é enfatizar algo que ocorreu em algum ponto do passado, destacando-o em relação a outro ponto também passado (passado posterior). Assim, em uma anterioridade por relação referencial, o passado anterior e o passado posterior criam uma explicação contextual pela relação que mantêm. Um verbo, dessa forma, enfatiza o outro para informar uma situação.

Esta ênfase é importante porque é a partir dela que outros fatos futuros serão explicados. E isto ocorre porque a anterioridade com ponto referencial no passado posterior:

- a) Pode antecipar algo de expectativa futura (passado posterior).
- b) Produz um efeito de causa e consequência (o passado anterior é a causa e o que vem depois é a consequência).
- c) Discrimina o primeiro fato ao iniciar uma narração em relação aos demais.
- d) Exige maior grau de certeza em relação ao que é dito sobre os fatos passados.

A função é uma necessidade de descrição do mundo, de eventos exteriores que ocorrem sempre numa ordem temporal. Assim, com o desgaste sofrido pela forma simples do mais-que-perfeito, a língua recorreu a outros expedientes para marcar a função de anterioridade, a fim de que a extensão de sentido permanecesse. Mas com o prevalecimento da forma sobre a função no modo de olhar da gramática, muitas formas de realização de anterioridade não são discutidas, já que a tradição gramatical apresenta apenas a única que se tornou canônica com o desaparecimento da forma simples da fala: a anterioridade por meio do mais-que-perfeito composto, pois a função da gramática normativa não é discutir a língua em uso e sua função, mas prescrever como ela deve ser utilizada. E quanto à função de anterioridade, é notório que, na tradição gramatical, há pouquíssimas explicações.

A função de passado anterior no português popular não possui uma forma identificada como própria do mais-que-perfeito, mesmo a forma composta é fruto de um empréstimo por gramaticalização; além disso, uniu tempos diferentes tinha (pretérito imperfeito [*infectum*] + particípio [*perfectum*]). Tanto é assim que há gramáticos, como Said Ali (1966) e Rocha Lima (2006), que argumentam que a forma correta do mais-que-perfeito deveria ser (tivera [*perfectum*] + particípio [*perfectum*]). Em outras palavras, querermos dizer que a função de passado anterior pertence a todo o enunciado. É uma propriedade da sentença.

Talvez, o desuso da forma simples, no passado, tenha ocorrido em função do desgaste funcional que as formas sintéticas já vinham sofrendo desde o latim vulgar. Assim, com maior tendência ao analitismo, a analogia com a voz passiva criaria as formas compostas, a fim de completar o quadro das funções verbais. É corrente no português brasileiro atual maior preferência do falante pelas formas analíticas dos tempos verbais,

prefere-se, por exemplo, dizer “vou cantar” do que “cantarei”. Se isto resultará em algo semelhante ao que ocorreu com a forma simples do mais-que-perfeito, só o tempo dirá.

Referências

- ALI, Said. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- CASTILHO, Ataliba T. de. *Introdução ao Estudo do Aspecto Verbal na Língua Portuguesa* (Tese de doutorado). Marília: Faculdade de Filologia, Ciências e Letras, 1968.
- _____. *Nova Gramática do Português Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.
- CÂMARA JR. Joaquim Matoso. *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Ltda, 1985.
- CARVALHO, Dolores Garcia; NASCIMENTO, Manoel. *Gramática Histórica*. São Paulo: Ática, 1971.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima Gramática da Língua Portuguesa*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- COAN, Márluce. *Anterioridade a um ponto de referência passado: (pretérito mais-que-perfeito)*. (Dissertação de mestrado). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, Curso de Pós-graduação em Linguística, 1997.
- COMRIE, B. *Tense*. 4. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de Gramática Histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S.A, 1976.
- CUNHA, Celso. *Gramática Moderna*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.
- CUNHA, Maria Ângela Furtado da; COSTA, Marcos Antonio; CEZÁRIO, Maria Maura. Pressupostos Teóricos Fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. E. *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Faperj/ DP&A, 2003.

ERNOUT, Alfred; THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. 2. éd. rev. et augm. Paris: Klincksieck, 1953.

HOUAISS, José Carlos de Azeredo. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.

ILARI, Rodolfo. *A Expressão do Tempo em Português*. São Paulo: EDUC: Editora da PUC, 1997.

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. *Indivíduo, Sociedade e Língua: cara, tipo assim, fala sério!* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: 2011.

MACHADO, Raúl. *Questões de Gramática Latina*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1941.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; WILSON, Victoria. Arbitrariedade e Iconicidade. In: MARTELOTTA, M, E. (Org.). *Manual de Linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

MELO MESQUITA, Roberto de. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Saraiva, 2001

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NUNES, José Joaquim. *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Livraria Clássica Editora A. M. Teixeira & C, 1945.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Gramática Histórica*. São Paulo: Editora Monteiro Lobato e Cia, 1932.

PERINI, Mario A. *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática, 2004.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 45. ed. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2006.

SPINELLI, Vincenzo. *Morfologia essencial da língua italiana*. Ed. : I.C Instituto di Cultura Italo- Bra.I.B, 1940.

TRAVAGLIA, Luís Carlos. *O Aspecto verbal no Português: a categoria e sua expressão verbal*. Uberlândia: EDUFU, 2006.

WILLIAMS, Edwin Bucher. *Do latim ao português: fonologia e morfologia histórica da língua portuguesa*. Tradução: Antônio Houaiss. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, INL, 1973.

SIVONEI RIBEIRO ROCHA

Mestrando em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB); e-mail: civase@hotmail.com.

JORGE AUGUSTO ALVES DA SILVA

Professor Titular de Língua e Literatura Latinas. Mestre e Doutor em Letras (Linguística Histórica) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente é professor titular (nível A) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: adavgstvm@gmail.com.

VALÉRIA VIANA SOUSA

Especialista em Língua Portuguesa pelo PREPES/PUC - MG (2001) e doutorado em Letras, área de concentração em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: valeriavianasousa@gmail.com.